

Babado, gritaria e confusão: Cartografias de experiências “trans” em contextos de educação¹

Chismes, gritos y confusión: Cartografías de experiencias "trans" en contextos educativos

Ruffle, screaming and confusion: Cartographies of “trans” experiences in educational contexts

Carlos Eduardo de Mello Lopes

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre - RS/Brasil

ORCID: 0000-0001-8780-2548

E-mail: carloseduarmello@gmail.com

Fernanda Hampe

Universidade do Vale do Rios dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo - RS/Brasil

ORCID: 0009-0002-5511-4059

E-mail: fernanda.hampe@gmail.com

Resumo

Este artigo nasce de um trabalho de conclusão de curso e trata-se de uma escrita que se propôs a acompanhar as experiências de professoras trans, em sua intersecção com as dimensões raça, gênero e sexualidade em escolas públicas de Porto Alegre e região metropolitana. O estudo teve como objetivo cartografar vivências e experiências de corpos trans, para além dos processos de vitimização, percebendo a potência dessas profissionais que a partir da “montagem” de seus corpos, entendidos como éticos, estéticos e políticos, tensionam lógicas cisheteronormativas instauradas na sociedade e nas instituições escolares. Participaram da pesquisa três professoras transexuais, sendo duas delas negras e uma branca, cujas identidades raciais foram fornecidas por autodeclaração. A coleta dos dados foi realizada a partir de entrevistas abertas que foram transcritas e analisadas à luz da escuta clínica e os resultados agrupados em três categorias: “babado”, “gritaria” e “confusão”. Os achados apontam para a necessidade de uma instituição escolar que não apenas aceite a diversidade, mas, a deseje e que sustente a alteridade. Esse estudo apoiou-se nos Estudos de Gênero e Sexualidade.

Palavras-chaves: Transexualidade; Raça; Docentes; Psicologia; Escola.

Resumen

Este artículo surge de un trabajo de conclusión de curso y es un escrito que se propuso acompañar las experiencias de docentes trans, en su intersección con las dimensiones de raza, género y sexualidad en escuelas públicas de Porto Alegre y la región metropolitana. El estudio tuvo como objetivo mapear experiencias de cuerpos trans, más allá de los procesos de victimización, percibiendo el poder de estos profesionales que, a partir del “ensamblaje” de sus cuerpos, entendidos como éticos, estéticos y políticos, tensionan lógicas cisheteronormativas establecidas en la sociedad y en la educación. En la investigación participaron tres docentes transexuales, dos de ellos negros y uno blanco, cuyas identidades raciales fueron proporcionadas por autodeclaração. La recolección de datos se realizó a partir de entrevistas abiertas que fueron transcritas y

analizadas a la luz de la escucha clínica y los resultados se agruparon en tres categorías: “chismes”, “grito” y “confusión”. Los hallazgos apuntan a la necesidad de una institución escolar que no solo acepte la diversidad, sino que la desee y apoye la alteridad. Este estudio se basó en Estudios de Género y Sexualidad.

Palabras clave: Transexualidad; Raza; Docentes; Psicología; Escuela.

Abstract

This article stems from a course conclusion work and it is a piece of writing that proposed to accompany the experiences of trans teachers, in their intersection with the dimensions of race, gender and sexuality in public schools in Porto Alegre and the metropolitan region. The study aimed to map experiences of trans bodies, beyond

¹ Este trabalho foi apresentado e publicado em forma de resumo na 51ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia.

the processes of victimization, perceiving the power of these professionals who, from the “assembly” of their bodies, understood as ethical, aesthetic and political, tension cisheteronormative logics established in society and in educational institutions. Three transsexual teachers participated in the research, two of them black and one white, whose racial identities were provided by self-declaration. Data collection was carried out from open interviews that were transcribed and analyzed in the

light of clinical listening and the results were grouped into three categories: “ruffle”, “screaming” and “confusion”. The findings point to the need for a school institution that not only accepts diversity, but desires it and supports alterity. This study was based on Gender and Sexuality Studies.

Keywords: Transsexualism; Race; Faculty; Psychology; School.

Introdução

Pensar a questão da experiência da transexualidade e abordar esse tema em um trabalho de conclusão de curso de Psicologia começa a ser vislumbrado e ensaiado, justamente, a partir do momento em que comecei a perceber e me haver com meus próprios preconceitos. Embora estando inserido em um curso que propicie uma maior aproximação com temas que se colocam como imperativos e falam da experiência humana, ainda assim, não estamos imunes às formas de preconceitos subjetivamente construídos, neste caso especificamente, todas as regras normativas que se pretendem hegemônicas e que nos são apresentadas e introjetadas como sendo a única possibilidade de experimentação de corpo, de gênero, de sexualidade e de identidade racial.

Há um monitoramento constante sobre os nossos corpos que pretende sistematicamente nos enquadrar, mesmo ainda crianças, em uma forma hegemônica de “ser” e “estar” inseridos na cultura e que possui como quadro de referência a diferenciação e binarização homem x mulher. Trata-se de uma tentativa de prescrever uma série de comportamentos que julgam como mais adequados em função do gênero atribuído às crianças no nascimento, ou até mesmo antes dele, a partir das novas tecnologias que podem mostrar o sexo do bebê. Nesse sentido, as experiências são generificadas, ou seja, produzidas no encontro com as atribuições culturalmente definidas como sendo masculino e feminino (Felipe & Guizzo, 2022). Junto ao gênero, podemos trazer a questão da sexualidade, em que a sociedade ao longo da

sua história, criou e aprimorou uma série de tecnologias que pretendem dar conta de manter a ordem, garantindo assim, uma espécie de perpetuação daquilo que, ainda, entende-se por normal, ou seja, a heteronormatividade (Louro, 2008).

Neste estudo utilizamos o termo heteronormatividade para conceitualizar uma série de padrões a serem seguidos para que se construa uma identidade de gênero (Carvalho & Vargas, 2010). Identidade essa que sempre se pretende masculina ou feminina e todos os atributos que se consideram pertencentes a elas. Logo, todos os sujeitos que não se adequam a essas regras não são reconhecidos como “homens de verdade”, ou, “mulheres de verdade” e sofrem uma tentativa de serem expurgados do meio social dito “normal”. Em relação ao conceito de cisgênero, ele é entendido como o antônimo de trans e está relacionado ao fato de haver uma identificação entre o gênero atribuído ao nascimento e o sexo biológico (Cava, Braga, Neto, & Zanoli, 2022).

Desta forma, os corpos transexual/travesti que colocam em abalo o binarismo de gênero vêm sofrendo ao longo da história uma tentativa de invisibilização e silenciamento a partir de práticas e discursos que visam à manutenção de todas as regras heteronormativas que conhecemos e que parecem não abrir espaço para outras possibilidades de experimentação de gênero, sexualidade e, também, raça. Nesse sentido trazemos para o debate o conceito de branqueamento apontado por Bento (2009), em que o sujeito branco aparece como modelo universal de humanidade, legitimando a

supremacia econômica, política e social, investindo na construção de um imaginário extremamente negativo sobre o corpo negro. Corpos invisibilizados quando negados, interditados de circular pelos espaços sociais que nós (sujeitos Cis e brancos), sujeitos de garantias e privilégios, ocupamos. Porém, em contraponto, visibilizados na academia pelo discurso patologizante que, diante da pluralidade de constituição dos corpos, só consegue transtornar a experiência que coloca em abalo a lógica que se quer hegemônica. Butler (2003) chama essas imposições de heteronormatividade compulsória, ou seja, tecnologias sociais que assujeitam os corpos a processos reguladores que visam preservar o binarismo de gênero e sexualidade instituídos socialmente, além da discriminação racial que tem como motor a manutenção e a conquista de privilégios de um grupo (brancos) sobre o outro (não branco) (Bento, 2009).

A tentativa de apagamento e marginalização de corpos trans, operada pela cis heteronormatividade branca, se reproduz em vários campos sociais e culturais, inclusive na literatura. Nesse sentido, trazemos à discussão o estudo de Soares e Vale (2017), que se propôs a analisar como as figuras de pessoas trans são representadas em romances. Os autores acessaram obras publicadas entre os anos de 2000 e 2016. Desta forma, puderam constatar que a maioria dessas produções foram escritas por homens e, em grande parte dos casos, as personagens transexuais foram representadas a partir do lugar de exclusão social como corpos perigosos e pouco confiáveis. Assim, aponta-se para o fato de que a forma como pessoas trans são reproduzidas na literatura, cinema e novelas impacta na maneira como são percebidas dentro de determinados espaços, inclusive nos contextos educacionais. De acordo com Reidel e Seffner (2015), há em torno das professoras trans discursos criados e reiterados culturalmente que delegam à essas mulheres o lugar de sujeitos pouco confiáveis e inadequados para estar numa sala de aula com crianças e jovens por serem percebidas como maus exemplos.

Assim, somos convocados a pensar que os corpos são delimitados por normas que ditam o que é necessário fazer para ser reconhecido como macho ou como fêmea, enfim, para ser reconhecido como um gênero inteligível (Butler, 2003) ou viável. Ora, se há essa forma correta de ser homem ou ser mulher, logo um corpo intersexual/transsexual/travesti, ou seja, aquele que transita entre esses dois universos e que abala ou tensiona os contornos normativos é considerado um gênero abjeto e, logo, empurrado à margem, tendo seus direitos ao trabalho, saúde, entre tantos outros, negados. Desta forma, mesmo que passe por uma transformação corporal, ainda assim, precisa se adaptar e se adequar a um jeito de performar sua masculinidade ou feminilidade para poderem ser reconhecidos/as socialmente.

Judith Butler dedicou-se a pensar sobre o conceito de performatividade (Butler, 2003), que se entende como central na discussão sobre gênero e sexualidade que propomos aqui. Partindo da diferenciação entre sexo e gênero, a autora propõe os termos performatividade e performance de gênero que, muitas vezes, parecem terem sido reduzidos e aproximados de tal forma que podem ser entendidos de forma errônea. No livro *Bodies that Matter*, Butler (1993) define que a performatividade é um método de introjeção e de constituição do gênero, pelo qual são internalizadas regras sociais que estilizam o corpo e criam um efeito de substância. Para a autora “ela não é um ato singular, porque é sempre a reiteração de uma norma, ou um conjunto de normas e, na medida em que adquire a condição de ato no presente, oculta ou dissimula as convenções de que é uma repetição” (p.12). Essa ideia contrasta com o conceito de performance de gênero que é apenas uma parte da performatividade e estaria mais ligada a uma representação, ou seja, performar um corpo e, conseqüentemente, seus atributos e jeitos que o caracterizem como tal.

A partir da conceitualização de Butler pode-se questionar sobre qual lugar estaria reservado para aqueles sujeitos que não se identificam com as normativas heterossexuais impostas, principalmente os sujeitos que

vivenciavam a transexualidade? Percebe-se que os corpos (trans)formados são capazes de causar uma confusão e tensionamento frente às normas heteronormativas. Desta forma, sofrem tentativas de serem proibidos pela própria lei e enquadrados num paradigma no qual haja uma confluência entre sexo biológico, gênero culturalmente construído e o efeito de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual (Butler, 2003). Essas relações de poder e controle sobre os corpos procuram produzir, o que na teoria butleriana é chamado de “gêneros inteligíveis”, ou seja, corpos que mantêm relações de convergência entre sexo, prática sexual e desejo. Os sujeitos que não se adequam a essa padronização e de alguma forma tensionam esses limites impostos são colocados em lugares de sujeitos transtornados, principalmente, pelo saber técnico (Bento, 2006).

A experiência transexual/travesti tensiona os limites do que é ser homem e o que é ser mulher, ou seja, o corpo trans coloca à prova uma série de normas previamente estabelecidas. Portanto, performar um outro corpo/sexualidade, além de subverter uma lógica construída socialmente (Bento, 2006), também pode ser entendido como um movimento de potência do sujeito nos espaços onde está inserido, inclusive, na educação. A fala da professora Adriana Souza² nos diz um pouco dessa potência, tanto da sua presença no espaço escolar, quanto da potência da diversidade nesses espaços:

A escola, a sala de aula é uma microssociedade, tudo o que tu imagina que tem na rua tem dentro da escola, tudo. Tem aluno que usa droga, tem aluno que se prostitui, tem aluno abusado, tudo que é ruim e tudo que é bom têm na tua sala de aula, se não tiver naquela tem na do lado. Então é importante a gente trabalhar, porque aí eles vão ver que tem uma professora trans, mas eles não vão ver que tem uma colega trans, porque nós

não estamos nesses espaços, a gente não consegue chegar nesses espaços.

A partir dessas considerações iniciais, salientamos que este estudo teve como objetivo acompanhar experiências pessoais e profissionais de professoras transexuais em escolas de Porto Alegre e região metropolitana. Ainda, almejamos possibilitar uma aproximação com a potência dos corpos “trans” que, a partir de movimentos de resistência, promovem e reivindicam a possibilidade de ocuparem espaços como docentes dentro das instituições escolares, questionando regras heteronormativas instauradas e sistematicamente reiteradas na nossa cultura. A relevância deste tema de pesquisa justifica-se pelo fato de que a questão da transexualidade e sua inserção na docência são de suma importância para que se entendam os processos de subjetivação dessas profissionais. Da mesma forma, é de grande relevância que se perceba e reconheça haver outras forças desejantes e que se possibilite espaços para que se possa perceber a potência dos sujeitos transexuais e, acima de tudo, lhes deem lugar como humanos e não como seres abjetos.

Método Participantes

Quando se pensou na delimitação desse estudo tinha-se como objetivo entrevistar entre seis e oito professoras que estivessem atuando na educação pública em escolas de Porto Alegre ou região metropolitana. As professoras poderiam estar exercendo suas funções profissionais dentro das salas de aula, ou em cargos de coordenação das escolas nas quais estivessem inseridas. Entretanto, esse número tornou-se um objetivo distante, pois, muitas profissionais não se disponibilizaram a participar do estudo.

Após uma pesquisa realizada em uma rede social foram contatadas dez professoras transexuais. Posteriormente, elas foram

² As professoras que participaram do estudo solicitaram que seus nomes sociais fossem mantidos no texto.

adicionadas e enviamos mensagens individuais para cada uma delas. Nesta mensagem havia informações sobre o estudo, apresentação e contato dos pesquisadores, bem como a descrição dos objetivos da pesquisa. A maioria das professoras não retornaram as nossas mensagens, embora as tivessem visualizado. Entendemos essas negativas referentes a participação na pesquisa como um analisador que nos deu algumas pistas e instigou a pensar sobre os motivos pelos quais essas mulheres não queriam falar a partir de um lugar de professoras transexuais.

Apenas uma das professoras que contatamos pela rede social retornou nosso contato e, posteriormente, nos auxiliou a localizarmos outras docentes com as quais ainda não havíamos realizado contato. Ainda, acessamos pessoas inseridas na comunidade LGBTQIA+ e que conheciam professoras trans que atuavam na educação pública de Porto Alegre e região metropolitana. Após algumas semanas para localizarmos as possíveis participantes do estudo, recebemos o aceite de três professoras transexuais.

Entendendo a interseccionalidade como um fenômeno que atravessa as questões relacionadas a gênero, as participantes deste estudo foram transexuais ou travestis, brancas e negras, não importando em qual momento de suas vidas profissionais tenham vivenciado a “transição do corpo”. A interseccionalidade (Crenshaw, 2002) pode ser entendida como um eixo que busca estruturar as dinâmicas de interação de dois ou mais meios de subordinação. Neste caso, a questão trans alia-se à questão racial, ou seja, o binarismo de gênero encontra a opressão do racismo. Como aponta Akotinere (2019), a interseccionalidade permite partir da avenida estruturada pelo racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, em seus múltiplos trânsitos.

No decorrer do processo de pesquisa estivemos atentos a como a experiência trans alia-se à experiência racial. Compreende-se raça como “construções sociais, políticas e culturais produzidas nas relações sociais e de poder ao longo do processo histórico” (Gomes,

2012, p. 49), não identificando de modo algum um dado da natureza, mas ao modo em que se aprende a ver os sujeitos negros e os brancos de forma hierárquica em que o “resultado, no tocante ao funcionamento da categoria raça, seria um sentimento de superioridade dos brancos em relação aos não brancos” (Schucman, 2014, p. 20). Além da interseccionalidade raça e gênero, estivemos atentos, também, ao “processo de transição” que acontece de forma distinta para cada pessoa que se percebe enquanto transexual. Embora alguns desses sujeitos decidam por manter atributos do seu gênero designado no nascimento, outros/as experienciam o processo de passabilidade, ou seja, optam por uma tentativa de apagamento de traços e outros atributos que se situam na fronteira do gênero.

Delineamento

Neste estudo utilizamos a cartografia como método de pesquisa. Esta metodologia foi originalmente pensada por Giles Deleuze e Félix Guatarri, na década de 1960, no contexto da esquizoanálise, tendo em vista que, segundo os autores, os modelos de pesquisa demonstrativos-representacionais vigentes da época não davam conta do teor processual do objeto dos seus estudos, tampouco dos processos de produção de subjetividade. Embora a cartografia se proponha a acompanhar a singularidades dos percursos, não enquadrando ou engessando as subjetividades dos sujeitos, ela não se trata de uma ação sem direção, já que a cartografia reverte o sentido tradicional de método sem renunciar à orientação do percurso da pesquisa (Passos & Passos, 2015).

Instrumentos

Como instrumento de pesquisa utilizou-se entrevistas individuais abertas (Creswell, 2014). Os encontros com as professoras aconteceram em locais públicos que foram escolhidos por elas. Os encontros tiveram em média uma hora de duração. Com a autorização das professoras, as conversas foram gravadas em áudio. Posteriormente as entrevistas foram

transcritas e analisadas à luz da escuta clínica (Cazanatto, Martta, & Bisol, 2016). A partir da análise das falas das professoras, os pesquisadores criaram três categorias que foram nomeadas como “babado”; “gritaria” e “confusão”.

Considerações éticas

Esta pesquisa observou a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. O projeto foi submetido ao Comitê de Ética e aprovado, CAE 90858718.7.0000.5344. As professoras foram informadas a respeito dos objetivos, procedimentos, riscos e benefícios da pesquisa, decidindo livremente em relação à sua participação. Todas as professoras assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As entrevistas foram gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas e analisadas.

Resultados e discussão

Analisamos os dados advindos das entrevistas utilizando a escuta clínica (Cazanatto et al., 2016) como uma possibilidade de aproximação com a realidade das professoras transexuais. De acordo com os autores, a escuta clínica é singular e, como tal, acontece pela transferência. Após as transcrições das entrevistas, foram realizadas leituras exaustivas com a finalidade de retomar as falas das docentes e, então, localizarmos quais palavras, expressões e discursos que remetessem a questões que pudessem indicar uma novidade ou um mal-estar das professoras em relação às suas experiências profissionais. Assim, a partir dos conteúdos trazidos nas entrevistas foram elencados trechos de falas das docentes que serão apresentadas ao longo do texto e que foram agrupadas em três eixos: “babado”, “gritaria” e “confusão”.

O termo “babado” será utilizado referindo-se às novidades propostas pela experiência trans, ou às possibilidades daquilo que pode um corpo trans dentro de um campo

educacional. Os termos “gritaria” e “confusão” serão utilizados, respectivamente, referindo-se às estratégias que cada uma dessas profissionais transexuais/travestis utiliza neste contexto, a fim de produzirem-se professoras/educadoras, e à profusão de novos sentidos para gênero dentro da escola. Ao utilizarmos esses termos de forma separada, não se pretende categorizar as experiências desses sujeitos, porém, considera-se que, dessa forma, pode-se melhor organizar as falas e, assim, melhor nos aproximarmos das experiências de vida das professoras de seus efeitos no contexto da educação.

Eixo I – Babado

A primeira questão que nos chamou a atenção quando fomos a campo para a coleta dos dados foi a negativa por parte das professoras transexuais em participarem da pesquisa. Afinal, das dez docentes que foram contatadas apenas três delas se disponibilizaram a conversarem com os pesquisadores sobre suas experiências pessoais e profissionais. Em relação a essas negativas a fala de Ágata nos dá pistas sobre a forma como as pessoas trans têm percebido os estudos que tratam das experiências transexuais:

Eu acho que existem, bah (sic.), eu acho que existe agora num momento científico, tipo ah agora vamos abordar a temática trans, ah vamos falar sobre isso, ah vamos publicar sobre isso, ah tá em alta. Quase tá na moda entende, e acho que isso incomoda algumas pessoas, por se sentirem objeto de pesquisa... Eu acho importante se falar sobre se quiser fazer um trabalho, que seja algo interessante que traga algo para a população trans. Eu vi, por exemplo, que tavam (sic.) falando lá no Transenem,³.

Primeiramente, a fala de Ágata nos provoca e tensiona a pensar que, em algumas

objetivo de prepará-las para as provas do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio).

³ Transenem é uma iniciativa independente e sem fins lucrativos, que atende pessoas transexuais com o

vezes, a academia utiliza os sujeitos apenas como objetos de estudo e, aprisionados ao universo das teorizações, não somos capazes de propormos melhorias efetivas ou, ao menos, fazermos proposições capazes de auxiliar determinadas comunidades, nesse caso, especificamente, a comunidade transexual. Ainda, parece possível afirmar que as pessoas que experienciam a transexualidade tenham se esgotado de falarem e se colocarem como transexuais e queiram viver suas vidas protegidos/as por uma certa invisibilidade, ou, como as professoras preferem usar, uma passabilidade (Pontes & Silva, 2017).

Passabilidade pode ser entendido como o ato de apagar marcas do gênero determinado ao nascimento e, a partir da “montagem” do corpo, realizada a partir de hormonização e outras intervenções cirúrgicas, ou não, tomar para si características do gênero com o qual se identifica (Ferreira & Natansohn, 2019). Ou seja, trata-se de uma capacidade de sujeitos que se reconhecem enquanto transexuais, transitarem pelo mundo cisgênero e serem reconhecidos como pertencentes a ele. Assim, diz-se que um sujeito trans possui passabilidade quando é confundido com um sujeito cis. Portanto, trata-se de uma série de regras que organizam os corpos dos sujeitos em uma matriz binária de gênero e define condições para que sejam legitimados e reconhecidos socialmente.

Pode-se analisar a passabilidade por duas perspectivas distintas: a primeira delas pode ser tomada como uma proteção contra violências, ou se poderia pensar numa invisibilidade do corpo trans. A professora Helena nos auxilia a entender essa questão de forma mais evidente:

Eu acho que, da minha experiência, eu lembro que logo que me descobri como trans, e eu fiz essa mudança de escola, e mudança do local onde eu morava, eu tinha essa preocupação, eu queria passar despercebida como uma mulher trans, eu queria ser vista como uma mulher, ponto... Faz muito tempo que eu não vou ao Clínicas, eu

fiz a cirurgia em 2013. E nos dois anos seguintes eu ainda frequentei e depois disso eu nunca mais fui e lá me disseram que muitas dessas meninas querem se afastar desse estereótipo de mulher trans ter uma vida simples, comum.

Por outro lado, a passabilidade pode ser entendida como uma perda da potência da diferença do corpo, o que daria visibilidade ao corpo transexual. Nas palavras da professora Adriana:

Há muitas que se escondem, no sentido de que tu faz muitas plásticas no rosto, tudo mais, talvez tu vai passar, o que a gente fala: tem passabilidade, um corpo com passabilidade, ou seja, passa pelo universo feminino tranquilamente, não vai gerar burburinho, deu, e tem muitas que se valem disso e que sequer tocam nesse assunto, a gente sabe disso. Mas a gente sabe o quanto isso é negativo, eu compreendo como extremamente negativo... Eu vou tá (sic.) perdendo a oportunidade de semear para a sociedade novos sujeitos, sujeitos desconstruídos de uma série de paradigmas que não são o todo de uma sociedade.

Outra questão que nos instigou a pensar foi o fato de que se esperava das pessoas transexuais uma militância que, possivelmente, seja mais das pessoas que pesquisam essa temática do que desses sujeitos que experienciam a transexualidade. Ao irmos a campo e conversarmos com essas docentes, imaginávamos que essas mulheres e professoras transexuais gostariam de ter um espaço ou uma possibilidade de visibilidade para falarem sobre suas experiências. Porém, parece que algumas delas querem estar invisíveis e viverem suas vidas apenas como mulheres professoras, deixando de lado o estigma trazido pela denominação trans que, obviamente, carrega consigo uma série de significados que estão marcados nos corpos e

na subjetividade de cada uma dessas mulheres. Assim, possivelmente, sujeitos que não “falam” a favor da causa trans estejam fazendo tentativas de criação de um determinado campo de resistência, no qual estão se afirmando apenas enquanto sujeitos mulheres, sem que para isso precise haver uma militância. Desta forma, o corpo que para algumas é usado enquanto um ato político, para outras é usado apenas como uma forma possível de se colocar no mundo.

As conversas com as professoras trouxeram à tona a questão da diversidade dentro dos contextos de educação. Essas profissionais entendem o papel que assumem dentro dessas instituições e dos abalos que seus corpos são capazes de promover nesses espaços. Para a professora Adriana:

A educação para ser emancipatória e ter qualidade e ser eficiente, efetiva e eficaz, ela tem que ter a participação dos sujeitos, desde a construção dos sujeitos que são educandos, quanto aqueles que vão fazer parte do processo desses educandos. Porque essa diversidade traz a qualidade da educação, que traz as múltiplas faces de uma sociedade para dentro da sala de aula. E a Adriana é isso, essa pessoa que traz essa pluralidade da sociedade para dentro de uma sala de aula, para uma direção de escola, que eu fui durante 9 anos gestora. E agora, que tá se vendo sempre, em constante movimento, porque educar é um processo de movimento constante.

A instituição escolar, por vezes, atua como um potente dispositivo social capaz de propagar e reforçar uma “normatização” de regras impostas socialmente, sobretudo no que se refere a gênero e sexualidade e, ainda, poderíamos acrescentar a raça e classe social. Bortolini (2011) compara o ambiente escolar a uma arena cultural, onde a diversidade fica mais evidente através de comportamentos, modos de vestir e formas de ser. Todavia,

muitas vezes, essa diversidade é convertida em violência e atitudes discriminatórias e preconceituosas, tanto por parte dos alunos, quanto professores e direção, conforme a fala da professora Adriana: “O conselho de classe é o tribunal da inquisição, tanto para os alunos quanto para os professores que não se enquadram no padrão cisgênero, heteronormativo e diria, inclusive, branco”.

A partir da fala da professora Adriana mencionada acima e, corroborando outros estudos de autores aqui referenciados, o papel tradicional da escola está mais voltado à proibição de comportamentos considerados “fora do esperado” do que estimular experimentações em termos de gênero, sexualidade (Seffner, 2012) e agregaríamos aqui raça. Ainda segundo o autor anteriormente citado, a escola é um dos principais desencadeadores de movimentos de exclusão, que são expressos por uma violência anunciada, principalmente, pelo corpo discente, e uma violência mais velada por parte do corpo docente e demais agentes escolares. Podemos acrescentar que para além dos movimentos de exclusão da pluralidade de gênero e sexualidade, a questão racial parece, também, ocupar um lugar de destaque dentro dessa “arena escolar”. A seguir, traremos um dos trechos da fala da professora Adriana que nos causou impacto pela violência imposta a uma criança negra e a passividade com que esta cena é aceita, por, talvez, ser tão naturalizada no nosso cotidiano que ao menos somos capazes de questioná-la:

Essa marginalização começa a partir do momento, como aconteceu numa escola que eu vi, veio um aluno angolano estudar na escola, e outros alunos faziam barulho de macaco para ele, descendo as escadas no recreio, as professora descendo junto e nenhuma sequer falou nada e depois, falou que já tinha falado, e que o aluno gostava, não dava bola, achava que era brincadeira, entendia aquilo como brincadeira e que não dava para levar tudo a ponto de faca e, que todas

essas coisas sobre negros era mimimi (sic), isso uma professora falou.

Essa cena fala da produção do silenciamento das dinâmicas das relações raciais. Relações estas que naturalizam a desigualdade racial, responsabilizam as vítimas e as silenciam. Embora se perceba o corpo trans/formado enquanto potente ou do babado, não é possível que se ignore o fato de que o ambiente escolar é bastante hostil com qualquer sujeito que se perceba diferente da maioria de seus colegas, seja essa diferença relacionada a sexo, raça, gênero ou sexualidade.

De acordo com estudos realizados com o objetivo de entender a relação transexualidade/docência, é muito evidente, a partir das falas de sujeitos trans, que a escola foi um lugar de muito sofrimento e humilhação para todas elas (Seffner & Reidel, 2015; Dias, Carvalho, & Oliveira, 2016). De acordo com os mesmos estudos, todas as professoras entrevistadas relataram que o fato de terem voltado às instituições escolares como professoras fez com que fossem capazes de entender o sofrimento a que muitos alunos são submetidos, não só em relação às questões de gênero e sexualidade, mas, também, por outras inconformidades com o corpo que tensiona a referência: branca, classe média, cristã. Indo ao encontro desses estudos, a professora Helena nos conta da sua experiência:

Enquanto aluna lembro da escola como um lugar muito marcante pra mim, por ser um lugar muito opressor e muito, muito fechado em algumas questões. Um lugar em que, muitas vezes, me senti completamente deslocada. E pensando nos colegas e nas colegas que também tinham alguma questão de gênero a ser discutida e, que colocavam isso de uma forma mais externada, eram sempre muito massacrados.

As experiências dessas professoras as quais ouvimos para a realização desse trabalho nos contam e apontam para um babado que diz

de uma potência ética e um compromisso para com uma educação inclusiva que abrace a diversidade. Como aponta a pesquisadora trans Jaqueline Gomes de Jesus (2015) os movimentos de mulheres trans têm na aproximação com o pensamento feminista um referencial teórico e prático poderoso pra resistirem e construírem suas próprias forças quando confrontadas com vivências de opressão. Essa educação é possível a partir do momento que as regras que enquadram os sujeitos em normais fixadas sejam questionadas e repensadas. César, Duarte, & Sierra, (2013), inspirados pela obra de Foucault, nos apresentam o conceito de estética da existência e, a partir dele, falam da possibilidade de abertura de espaço ético-político de criação de novas formas de vida, ou seja, os autores propõem que a introdução mais ampla de uma estética da existência abre espaço para que se discutam padrões, normas e fixações identitárias que aprisionam os sujeitos. Talvez possamos nos perguntar: O que essa docência trans deseja? O que ela pode produzir? As falas das professoras Adriana, Ágata e Helena nos ajudam a pensar em possíveis respostas para esse questionamento. Traremos algumas passagens de suas experiências que nos ajudam a visualizar que babado esses corpos e essas novas estéticas de existência convocam dentro das escolas:

Eu, desde que comecei na prefeitura, como a Helena, professora de artes, mulher negra e trans, a partir de um determinado momento eu entendi que só a minha presença ali já era algo muito forte, então não tinha como eu não falar daquelas questões estando ali. Então na minha primeira escola na prefeitura eu arrisco dizer que nós aprendemos juntos, eu, aluno e professores e foi muito rico, esses três anos que eu passei, porque eles começaram a se abrir para muita coisa para a forma de lidar com essas situações. Hoje, e quando eu digo hoje, eu falo de um ano, um ano e meio pra cá, quando eu começo a entender a importância de ser uma mulher,

negra e trans dentro de uma escola de periferia, isto é muito potente. Então essa questão do contato e, principalmente, da possibilidade de que esses alunos também possam vir a ter alguma questão de gênero e se sentirem até mais tranquilos, mais confortáveis em vir falar comigo de alguma forma, sinalizar de alguma forma isso, pra mim, isso já é extremamente importante. (Helena).

A fala da professora Ágata Mostardeiro parece reafirmar a potência de sua presença dentro das salas de aula e, também, um compromisso ético para com os alunos e com o fazer docente:

Então assim, fechou a porta tu é a professora, vai tratar dos assuntos que tem que ser tratados. Então, é compromisso dos professores tá (sic) abordando os temas, seja ele de história, matemática, sociologia. E debater também na universidade, mas é um cuidado, os professores precisam ir se especializando, se atualizando, porque, não pode chegar e, daqui a pouco tem um professor super conservador e alguns temas não serem trabalhados porque ele discorda. (Ágata).

Essa fala nos aponta, também, a fragilidade da garantia das discussões que não estão garantidas nos currículos. Esses trechos das conversas com as professoras com as quais nos encontramos nesse caminhar, na tentativa de lançar um olhar sobre as experiências de vivências de uma docência trans, possivelmente nos auxiliem a ter algumas pistas que nos ajudem a responder o questionamento que fizemos anteriormente: O que pode e o que deseja essa docência? Estamos falando de uma docência que se utiliza do seu corpo com um ato político e que, a partir dele, propõe a criação de uma outra educação possível, talvez aquela na qual a professora Adriana Souza acredita e que reproduzimos como epígrafe nesse tópico. A partir de nossas

conversas e, analisando cada uma dessas falas de uma forma bastante singular, nos ficou muito claro que, embora sendo submetidas a inúmeras violências, essas professoras continuam tensionando e problematizando as práticas que se pretendem hegemônicas, principalmente no que se refere a gênero (cis), sexualidade (hétero) e raça (branca) dentro dos seus espaços de trabalho.

Ato II – A Gritaria

Hoje, juntamente com mais quatro colegas minhas, negras também, a gente desenvolveu um coletivo que se chama grupo de ação coletivo Quilombelas. São mulheres, negras, professoras, algumas além de professoras tem alguma outra profissão, psicologia, uma outra é fonoaudióloga também. E a ideia de nos unirmos foi justamente para trabalhar algumas questões que achamos interessantes e importantes dentro da escola no nosso ponto de vista, da questão da cultura negra e, enquanto mulheres principalmente, a partir daí a gente desenvolve ações para falar sobre essas questões, então, por exemplo, e março a questão da mulher, mas, principalmente, no dia da mulher latino-americana.

Gostaríamos de iniciar apontando que a fala da professora Helena, ao nos contar de um coletivo que, além de aceitar a diversidade de gênero e sexual, ao mesmo tempo em que dá passagem para problematizações relacionadas à racialidade, está apontando para um rompimento com a noção de cultura universal, abalando o racismo epistemológico, uma vez que traz a perspectiva de um racismo negado no Brasil. A partir dos encontros que tivemos com cada uma das professoras e tendo um maior entendimento em relação às inúmeras tentativas de uma espécie de interdição do seu fazer docente, principalmente pelos próprios colegas, profissionais da educação e alguns pais de alunos, percebemos que elas foram desenvolvendo diversos e singulares

movimentos no sentido de criarem estratégias a fim de se produzirem professoras nos espaços de educação.

Estas estratégias dizem respeito a todas as questões as quais já explicitamos, principalmente no que diz respeito à performance do corpo trans e negro nos contextos educacionais, mas, também, às novas possibilidades de produzir educação que se abrem a partir de um novo olhar que essas professoras propiciam à comunidade escolar. Ao propormos o termo gritaria, estamos fazendo referência a uma potência estética que advém do corpo e da experiência da transexualidade e da racialidade. Segundo as professoras, a questão da curiosidade dos alunos em torno de suas presenças e da “feitura dos corpos”, gera uma gritaria sem fim nas salas de aula. A professora Adriana nos conta como lidou com as dúvidas que seu corpo instaurou aos seus alunos.

Eu sempre tive respeito pelo meu aluno, eu nunca cheguei e disse: Bom, meu nome é Adriana, sou uma professora, mulher trans, não! Eu nunca fiz isso, eu deixava o momento deles. Mas se eu via que tinha um burburinho, aquela coisa toda, eu perguntava: o que houve? Ah nada. Bom, mas eu quero saber do que vocês estão falando, é sobre a profe (sic), que eu vi. Fazia esse jogo de tu dar para o aluno a possibilidade de ele falar né, vocês podem falar comigo o que vocês quiserem, eu estou aqui não só para dar uma aula sobre isso ou aquilo, mas também posso contribuir sobre as coisas que vocês têm curiosidade. Fingia que eu não sabia que eles tavam (sic.) querendo saber de outra coisa e aí eles: ah não sei, fulano tava (sic.) dizendo que a senhora parece um homem. E aí eu parava a aula, sentava, olhava para eles e dizia: vocês acham que eu pareço um homem? Então falem a verdade. E aí tu fica naquele jogo com eles: mas porque vocês acham? Aí tu

dá a possibilidade do aluno, dele buscar, de ele compreender as construções, porque às vezes se tu consegue fazer essa persuasão, para que eles busquem a quais padrões eles estão seguindo, estão se baseando para fazer aquela fala, tu vai ver na própria fala deles, eles vão se desconstruindo e vão mudando.

A professora Helena dividiu conosco as gritarias com as quais teve que lidar dentro da sala de aula:

Os problemas que eu tive nesse momento dentro da escola, foram mais questões da cultura dos alunos, da vivência deles, eu lembro que uma vez, um aluno, porque assim, quando eu cheguei na escola eu tive alguma coisa de feedback, lá atrás com os meus outros alunos, em que eu quis conversar com eles sobre isso, então assim, quando eles me viram foi aquela coisa, eles cochichando, eu sem saber o que fazer na sala de aula, porque eu fui meio jogada na sala de aula, pela falta de professores, e aí eu falei para eles: “ a gente vai conversar, se conhecer.” E aí eu fiz uma dinâmica com eles, onde eles tinham que me fazer perguntas por escrito, que eles não precisavam se identificar, porém eles tinham que ter um cuidado no que eles iam perguntar, na forma com que eles iam perguntar, sem ser agressivo, não ser mal-educados, mas que eles tinham direito de perguntar tudo. E aí quando eu disse aquele tudo, eles assim, ficaram em êxtase: “mas a gente pode perguntar tudo?”. “Sim podem perguntar tudo sobre a minha vida, porque a gente tá se conhecendo.” Aí veio as perguntas mais absurdas e mais verdadeiras em relação ao que eu tava (sic) vivendo. Então, primeiro eles começaram a perguntar muito sobre a minha questão física, esse cabelo é teu, essa unha é tua, as

meninas perguntavam muito isso, mas aí começou a vir as perguntas, ah mas o que tu é? Tu é bixa? Puto? Tu é travesti? Porque para elas, elas não me falaram, mas elas me viram como uma travesti chegando ali, e a ideia que eles tinham do que o que era um travesti, dentro da comunidade como aquela a que eles moravam, numa vila, ter uma travesti ali na frente deles dizendo que era uma professora, que ia dar aula para eles, era meio confuso. Então chegou uma determinada pergunta que eu expliquei, me coloquei como uma mulher trans, expliquei o que era ser uma mulher trans, e a partir dali a gente começou a ter uma vivência.

A fala da professora Helena nos aponta duas pistas que parecem interessantes que tentemos seguir: Quando os alunos perguntam “podemos perguntar tudo?” estão falando de um lugar que não tem autorização, afinal, a escola não permite que todas as perguntas sejam feitas, apenas algumas perguntas são possíveis, principalmente, aquelas que não fogem dos temas programados para cada disciplina. A outra pista diz respeito à questão da travestilidade que parece, muitas vezes, ocupar um lugar secundário em relação à transexualidade. Aqui parece haver uma questão de uma moralidade, afinal, ser transexual pode (está sob o manto da proteção do discurso biomédico), mas ser travesti não. Parece que aí está a potência da identidade travesti, por não ficarem submetidas às categorias médicos/psis e manterem a lógica do corpo político/transgressor.

Ao lermos as falas das professoras Adriana e Helena e indo ao encontro de outros autores, é possível perceber que no contexto escolar, não é apenas a mera presença de uma professora transexual que perturba, mas o corpo trans põe em xeque as crenças na determinação natural sexo-gênero e os padrões heteronormativos (Dias et al., 2016). É impossível não pensarmos no quão custoso deve ser para essas mulheres o fato de

precisarem a todo o momento se reafirmar como sujeitos, a fim de poderem ocupar o lugar de professoras. Porém, a demarcação de um território possível, tanto de trabalho, quanto de existência de pessoas transexuais dentro das instituições de ensino tem aberto um espaço de emergência em relação à inclusão social e, nesse sentido, as pessoas que experienciam a transexualidade tem encontrado um espaço possível de discussão e problematização da exclusão de pessoas transexuais da educação (Franco & Cicillini, 2015).

Embora tenhamos proposto nesse trabalho a falarmos da potência da presença do corpo trans dentro dos ambientes de ensino, ao contrário de fazermos uma escrita que fale apenas de um corpo vitimizado e marginalizado, nos parece impossível não trazeremos falas como as acima, para mostrarmos o quanto essas professoras precisam se reafirmar e lidar com questões que, para a maioria de nós, é algo tão distante que sequer precisamos pensar. A professora Adriana Souza nos deu uma aula de como uma educação eticamente preocupada com a efetiva formação dos alunos produz:

Fui diretora de escola e ganhei um prêmio de direitos humanos na educação e foi com uma gincana dos direitos humanos e uma das atividades era o dia do outro, em que todos os alunos deveriam passar pela experiência do outro. Então os meninos vinham de menina, vinham de travesti, do que quisessem, as meninas vinham de lésbica, vinham de meninos, vinham do que quisessem. Era um dia inteiro e que uns diziam: “parece um carnaval fora de época”. Só que não era, tinha um trabalho pedagógico muito forte em cima, e fazia com que eles entendessem, e depois eles narravam todas as experiências que tinham vivido naquele corpo, tendo aquela mínima experiência do que era.

Esta experiência nos conta de uma proposição bastante corajosa dentro de uma escola, pois produziu muitos tensionamentos entre os próprios professores e, também, com os pais dos alunos, conforme a própria Adriana nos trouxe. Entretanto, a partir de uma postura de esclarecimento sobre a importância daquela atividade, mesmo os pais que se opuseram que seus filhos participassem dessa gincana, ainda assim, entenderam os motivos pelos quais estava sendo realizada. Essas experiências falam, dentre outras coisas, de produção de cidadania que brota não mais de identidades soberanas, mas é imanente a processos singulares, num movimento associado às práticas cotidianas (Machado, Vasconcelos, & Melo, 2012). Essa é a gritaria proposta pela presença dessas professoras. Uma gritaria que busca fazer ecoar um desejo enorme de construção coletiva. É uma fazer/criar cidadania e transformar os espaços escolares em palcos capazes de dar espaço a todos os atores, percebendo, convivendo e produzindo a diversidade.

Ato III – A confusão

Quando eu tava (sic) me apresentando, um menino da turma me pergunta o que eu era: “professora, a gente te chama de professora ou professor?”. Aí eu falei: “qual meu nome?” E ele: “Ágata. Então professora?” Isso. E depois disso as crianças me trataram sempre no feminino, e pelo meu nome, acho que essa coisa que complica tanto é coisa de adulto, entende? Eu não sei como seria no ensino médio, mas no ensino médio tem a abertura de se fazer uma roda, de conversar, de debater o tema. “Mas eu acredito que a dificuldade está em nós mesmos, nos adultos (Ágata).

É possível propor a profusão de novos sentidos para gênero? Essa é uma das inquietações que nos tomou enquanto produzíamos essa escrita. Como já trouxemos anteriormente, há uma estrutura bastante fixa e

cristalizada no que se refere a gênero, sexualidade e raça. Essas naturalizações são mantidas e reafirmadas a todo o momento em nossa sociedade, seja pelos discursos, seja por tantas outras tecnologias que se pretendem hegemônicas em termos dessas experiências. Portanto, dar novos significados aquilo que está há tanto tempo colocado como “correto” parece não ser uma tarefa simples.

Embora alguns avanços tenham sido realizados no sentido de trazer à luz questões relacionadas à experiência da transexualidade em um nível macro, parece ser no nível das micropolíticas que essas professoras tensionam movimentos de construção de uma alteridade e, também, criam possíveis de existência, entendendo seus corpos como dispositivos políticos que falam e se fazem escutar. Portanto, se tomarmos a questão provocada acima e observarmos as experiências das professoras Adriana, Ágata e Helena, podemos assumir que sim, é possível que novas profusões sejam pensadas e criadas. Nesse tópico lançaremos um olhar sobre a confusão que essas professoras transexuais instauram na sociedade e na comunidade escolar em relação à materialidade e a performance de seus corpos. O termo confusão está sendo usado aqui para falarmos de uma potência política, ou seja, aquela que produz tensões. A fala da professora Adriana reafirma o que problematizamos anteriormente:

Porque o teu corpo é um corpo de resistência e luta naquele espaço, e é esse teu corpo empoderado pelo papel de educadora naquele momento que vai fazer o processo de transformação desse ambiente, você tem que entender que é seu papel, não do teu aluno, porque o teu aluno se criou dentro de uma sociedade extremamente

machista, lgbtfóbica,⁴ todas essas coisas que a gente sabe.

Ainda nesse sentido, Adriana nos fala sobre o fato de entender o seu papel político enquanto professora transexual e do compromisso ético de exercer o seu lugar de educadora como uma proteção futura:

A necessidade mesmo é que você desconstrua aquilo que socialmente foi dado como normatizado, e em alguns casos cristalizados já, de tal maneira que na mentalidade, num imaginário das crianças, que você tem que fazer algo, senão depois você não vai poder reclamar do adulto que te xinga e você teve a oportunidade, de repente, de fazer alguma coisa para que aquelas crianças quando chegarem na vida adulta não apedreje, não mate uma trans e você não fez. De repente, privou de salvar e proteger a vida de uma igual.

Essa nova profusão de significados parece precisar se expandir e ir além de apenas criar significados para a presença dessas professoras no ambiente escolar. Para além disso, parece de suma importância que se atribuam outros sentidos possíveis aos corpos dessas mulheres, pois embora performem um outro gênero, a dimensão da sua sexualidade, muitas vezes, é tratada como algo inexistente. Levando em consideração a organização do ambiente escolar, há uma grande tendência a que se imagine a professora enquanto um ser assexuado, ou isento de sexualidade. A performance de um corpo feminino das professoras parece tensionar uma verdade pouco enunciada, mas claramente perceptível nas escolas, de que a professora ideal é um ser assexuado, alguém privado de desejos e que teria que ocupar a posição de um cuidado maternal (Seffner & Reidel, 2015). Dessa forma, retira-se da maternidade a sexualidade, como se ela não pudesse coexistir. É

interessante pensarmos que essa “anulação” da sexualidade que compõe os corpos é, também, esperada das professoras cisgêneras. Para Seffner e Reidel (2015) “o corpo das travestis/transexuais é, sobretudo, uma linguagem: é no corpo e por meio dele que os significados do feminino e do masculino se concretizam e conferem à pessoa suas qualidades sociais” (p. 453).

O corpo das professoras transexuais traz consigo uma nova perspectiva na forma como se percebe ou se entende um ideal de docência, ou seja, a professora agora não é mais vista apenas como um corpo protetor ou instrutor, mas um corpo potente e trans/formado e que convida para que questões de gênero sejam problematizadas. Nesse sentido o corpo pode ser um potente dispositivo capaz de criar outras possibilidades para aquilo que está naturalizado (Machado et al., 2012). Esses corpos são capazes de produzirem fissuras no jogo de poder e abandonar formas prescritas de subjetividade, recusam quem são e ensaiam e, nós ainda acrescentaríamos, ampliam outros modos de existir (Guattari & Rolnik, 2000).

Para Seffner e Reidel (2015) “há um medo moral que de imediato coloca as professoras travestis e transexuais na posição de pessoas pouco confiáveis para servir de exemplo às novas gerações, portanto, inadequadas para estar em sala de aula, frente às ‘inocentes’ crianças e jovens” (p. 446). Em um estudo que entrevistou professoras transexuais (Torres & Prado, 2014), os autores nos alertam para o fato de que, embora alguns avanços tenham sido feitos no sentido de uma maior aceitação dessas mulheres dentro das salas de aula, “as professoras transexuais ainda são definidas como alguém perigoso a ser barrado” (p. 215). Ainda segundo os autores “suas presenças são afirmadas muitas vezes por processos judiciais, porém, isso não garante sua integração à comunidade escolar, pois as emoções marcam a relação de poder nas figurações sociais” (p. 215).

⁴ Termo usado para se referir às pessoas que têm aversão a membros da comunidade LGBTQ+ como um todo.

Percebemos durante as conversas com as professoras que grande parte dos enfrentamentos que elas tiveram dentro das escolas estavam relacionados a conflitos com os próprios colegas de profissão, profissionais da educação. Quando pensamos nesse trabalho e nos propusemos a falar sobre professoras transexuais, fomos ao campo com algumas questões que, *a priori*, nos pareciam respondidas. A problemática envolvendo pais de alunos/professoras trans parecia-nos o ponto nevrálgico dessa discussão, afinal, a partir de alguns materiais que fomos tendo acesso nos pareceu que eram poucos os pais que se sentiam confortáveis em ter seus filhos em escolas onde circulassem professoras transexuais. Entretanto, ao conversarmos com cada uma das professoras, o que nos chamou a atenção foi o fato de que todas elas, em algum grau, sentiram-se discriminadas por seus próprios colegas, fossem eles do corpo docente ou direção.

Temos a tendência a percebermos os professores como aqueles que teriam um olhar mais cuidadoso e empático para com as diferenças dos sujeitos, entretanto, parece que nos esquecemos de que esses sujeitos professores também tiveram as suas subjetividades construídas e atravessadas por muitos discursos institucionais, sejam eles advindos das próprias famílias, escolas, igrejas, que reafirmam o lugar destinado às pessoas trans, ou seja, sujeitos que precisam ser expurgados de tecido social. Além dos preconceitos que compõem esses sujeitos parece, também, haver um não investimento e valorização desses professores, o que na opinião de Adriana é um fator que colabora para que algumas posturas sejam mantidas:

Então a gente precisa urgente mudar tudo isso, precisa urgente fazer com que os professores sejam valorizados, isso parece algo tão clichê, mas não só uma valorização salarial, mas, uma valorização moral, que é isso o que falta. E aí a gente vai tendo cada vez mais professores que não se preocupam com a diversidade, que

não vão estar nem aí para a diversidade nos seus espaços, e a gente precisa que esses profissionais comecem a se dar conta da importância da diversidade dentro da escola, porque se a diversidade não aparecer dentro da escola a gente vai ter só um padrão e esse padrão vai continuar sendo reforçado e mantido na sociedade. E cada vez mais a gente vai ter pessoas que vão estar sendo levadas à uma margem e, essa marginalização começa a partir do momento que o professor ouve um aluno chamar o outro de bixinha e ele silencia e não problematiza.

Considerações finais

O contato com essas professoras nos fez perceber da importância de suas presenças dentro dos espaços escolares. Obviamente, nesse trabalho fizemos um recorte com professoras que estavam ou estiveram atuando na educação pública. É possível pensarmos que a escola mantém um modo de funcionamento que não permite mudanças tão drásticas, afinal, essas mulheres estiveram inseridas como alunas dentro dessas instituições há alguns anos, mas, caso não tivessem sido identificadas anteriormente como professoras, poderíamos pensar que eram estudantes nos contando sobre como é a escola hoje.

Parece-nos importante salientar que mesmo essas professoras tendo sofrido inúmeros preconceitos como alunas dentro das escolas, acabam voltando mais tarde, algumas vezes, para dentro das mesmas escolas nas quais estudaram como professoras e é aí que entendemos e percebemos o corpo como um dispositivo político, ou seja, aquele corpo que, a partir das suas “feituas”, não se curva a discursos que pretendem ditar uma única e normal forma de vivenciar gênero, raça e/ou sexualidade, da mesma forma que não se curvam aos discursos médicos que insistem em enquadrar esses sujeitos no rol das doenças/transtornos. Ao fazermos essa afirmação, nos demos conta que alguns sujeitos

transexuais talvez se curvem sim, transitando no dentro/fora da patologia. Quando falamos de “feituas” estamos falando do que Butler chamou de performatividade, desse compor-se enquanto sujeito, mesmo que essa montagem seja atravessada por discursos que preexistem à existência dos sujeitos e adotamos como naturais. Parece-nos que as travestis e transexuais conseguem de alguma forma subverter essa lógica dada como pronta, demarcando um outro território possível de re/existência.

O corpo trans(formado) foi o fio condutor desse trabalho, problematizamos como ele vai sendo construído/feito/montado a fim de, também, atender expectativas socialmente colocadas sobre ele. Mas o que tem a Psicologia – enquanto disciplina de conhecimento e, também, instrumento político – produzido no sentido de não ajudar a manter discursos e práticas técnicas que continuem reservando a essas experiências de gênero, raça e sexualidade o lugar da anormalidade e abjeção? Não seria tanto a Psicologia quanto a clínica que ela propõe outro corpo a ser montado/torcido/criado? Nesse trabalho foi possível pensarmos e problematizarmos como a Psicologia se construiu, principalmente, em relação a gênero e sexualidade, como aquela que com seu saber determina quem são ou não

os transexuais de verdade. Ora, se olharmos essa questão a partir dessa perspectiva, perceberemos que as psicologias precisam se repensar em relação aos fenômenos que habitam a contemporaneidade e abandonar alguns pressupostos que parecem cristalizados.

Parece-nos, desta forma, que é imperativo que a Psicologia consiga fazer uma autoanálise e perceba a necessidade de reformular práticas e discursos que corroborem o que já está colocado como “natural”. É preciso que a Psicologia também seja capaz de produzir babado, gritaria e confusão e ela seja um palco para que esses atores possam sentir-se confortáveis em ocupar. Pensamos que é na possibilidade de alguns alargamentos do arsenal teórico e técnico que se poderá produzir uma Psicologia que seja capaz de romper com o binarismo do gênero dando passagem para sujeitos e subjetividades considerados excluídos. É esse o corpo de uma clínica psicológica que parece ser necessário montar, abandonando a lógica de uma clínica que tem a vida como um objeto e que seja capaz de dar passagens a outras formas de existência, ou seja, uma leitura psi que escape dos binarismos e reconheça no humano a sua diversidade múltipla de expressão e de conexão com a diferença.

Referências

- Akotirene, C. (2019). *Interseccionalidade* (1ª ed.). São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen.
- Bento, B. (2006). *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual* (1ª ed.). Salvador, BA: Editora Devires.
- Bento, M. A. S. (2009). Branqueamento e branquitude no Brasil. In I. Carone (Org.), *Psicologia Social do Racismo* (1ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Bortolini, A. (2011). Diversidade sexual e de gênero na escola. *Revista Espaço Acadêmico*, 123, 27-37.
- Butler, J. (1993). *Bodies that matter: on the discursive limits of 'sex'*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203760079>
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminino e subversão da identidade* (1ª ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cazanatto, E., Martta, M. K., & Bisol, C. A. (2016). A escuta clínica psicanalítica em

- uma instituição pública: Construindo espaços. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 36(2). <https://doi.org/10.1590/1982-3703000742014>.
- Carvalho, R. S., & Vargas J. R. (2010). O léxico da heteronormatividade – Problematizando discursos de professores dos anos iniciais do ensino fundamental. *Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. Recuperado de http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278282610_ARQUIVO_OLEXICODAHETERONORMATIVIDADE.RodrigoSaballaeJulianaVargas.pdf
- Cava, P., Braga, P. de A. T., Neto, R. M., & Zanoli, V. (2022). Cisgênero e Cissexual. *Revista Ñanduty*, 10(16), 153–159. <https://doi.org/10.30612/nty.v10i16.16771>
- César, M. R. A., Duarte, A. M., & Sierra, J. C. (2013). A estética da existência e as artes de viver: Michel Foucault e a crítica da noção de sujeito nos movimentos feministas, LGBT e na educação. *Selected Works*. Recuperado de <https://www.semanticscholar.org/paper/A-est%C3%A9tica-da-exist%C3%Aancia-e-as-artes-de-viver%3A-e-a-e-Duarte-C%C3%A9sar/4538f86ec309a920c1386b7d1a2a8662de3d620b>
- Creswell, J. W. (2014). *Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens* (3ª ed.). Porto Alegre: Penso.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, 10(1), 171–188. Recuperado de http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026x2002000100011&lng=pt&tlng=pt.
- Dias, A. F., Carvalho, M. E., & Oliveira, D. A. (2016). Notas sobre o processo de inclusão/exclusão de uma professora transexual. *Revista da FAEBA – Educação e Contemporaneidade*, 25(45), 145-158. <https://doi.org/10.21879/faeaba2358-0194.v25.n45.2291>
- Felipe, J., & Guizzo, S. (2022). “Minha mãe me vestiu de Batman, mas eu sou a Mulher Gato”: discussões sobre scripts de gênero, sexualidade e infâncias. In F. Seffner & J. Felipe (Orgs.), *Educação, Gênero e Sexualidade: (im)pertinências* (1ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Ferreira, S. R. da S., & Natansohn, L. G. (2019). Objetos de aparecer e de desaparecer de Anastacia: diálogos sobre passabilidade trans* e o direito ao manejo dos próprios dados on-line a partir de um estudo de caso. *Cadernos de Comunicação*, 23(1). <https://doi.org/10.5902/2316882X36709>
- Franco, N., & Cicillini, G. A. (2015). Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização. *Estudos Feministas*, 25(2), 325-346. <https://doi.org/10.1590/0104-026X2015v23n2p325>
- Gomes, N. L. (2012). Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil, uma breve discussão. Recuperado de <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Alguns-terminos-e-conceitos-presentes-no-debate-sobre-Rela%C3%A7%C3%B5es-Raciais-no-Brasil-uma-breve-discuss%C3%A3o.pdf>
- Guattari, F., & Rolnik, S. (2000). *Micropolíticas: cartografias do desejo* (6ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Jesus, J. G. (2015). *Transfeminismo: teorias e práticas* (2ª ed.). Penha, RJ: Metanoia.
- Louro, G. L. (2008). *O corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer* (1ª ed.). Belo Horizonte: Autêntica.

- Machado, D. O., Vasconcelos, M. F. F., & Melo, A. R. (2012). O corpo como fio condutor para ampliação da clínica. *Polis e Psique*, 2. <https://doi.org/10.22456/2238-152X.40325>
- Passos, E., & Passos, R. B. (2015). In E. Passos, V. Kastrup & L. Escóssia (Org.), *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade* (1ª ed.). Porto Alegre: Sulina.
- Pontes, J. C., & Silva, C. G. (2017). Cisnormatividade e Passabilidade; deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. *Periódicus*, 8(1), 396-417. <https://doi.org/10.9771/peri.v1i8.23211>
- Schucman, L. V. (2014). Branquitude: A identidade racial branca refletida em diversos olhares. In M. A. S. Bento (Org), *Identidade, branquitude e negritude: contribuições para a psicologia social no Brasil* (1ª ed.). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Seffner, F. (2012). Sigam-me os bons: apuros e aflições nos enfrentamentos ao regime da heteronormatividade no espaço escolar. *Revista Educação e Pesquisa*, 39(1), 145-159. doi.org/10.1590/S1517-97022013000100010.
- Seffner, F., & Reidel, M. (2015). Professoras travestis e transexuais: saberes docentes e pedagogia do salto alto. *Currículo sem Fronteiras*, 15(2), 445-454. Recuperado de <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol15iss2articles/seffner-reidel.pdf>
- Soares, L. H. M., & Vale, R. A. L. (2017). Ela é amapô de carne, osso e palavras: personagens travestis no romance contemporâneo brasileiro. *Revista Do Instituto De Políticas Públicas De Marília*, 3(1), 79-96. <https://doi.org/10.33027/2447-780X.2017.v3.n1.07.p79>
- Torres, M. A., Prado, M. A. (2014). Professoras transexuais e travestis no contexto escolar: entre estabelecidos e outsiders. *Educação & Realidade*, 39(1), 201-220. Recuperado de <https://www.scielo.br/j/edreal/a/dbgdx9V7QvJDKv3DXk84Kp/?format=pdf>

Dados sobre os autores:

- *Carlos Eduardo de Mello Lopes*: Psicólogo graduado pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Mestre e Doutorando em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Psicólogo clínico.
- *Fernanda Hampe*: Psicóloga graduada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Licenciada em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Especialista em Projetos Sociais e Culturais. Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Professora Universitária.

Declaração de Direito Autoral

A submissão de originais para este periódico implica na transferência, pelos autores, dos direitos de publicação impressa e digital. Os direitos autorais para os artigos publicados são do autor, com direitos do periódico sobre a primeira publicação. Os autores somente poderão utilizar os mesmos resultados em outras publicações indicando claramente este periódico como o meio da publicação original. Em virtude de sermos um periódico de acesso aberto, permite-se o uso gratuito dos artigos em aplicações educacionais e científicas desde que citada a fonte conforme a licença CC-BY da Creative Commons.



[Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).